

42º Encontro Anual da Anpocs

MESA 23

**Intelectuais e agenda de pesquisa sobre a América Latina no Brasil:
os dilemas da regionalização**

**A região como “lugar de fala”:
intelectuais latino-americanos e geopolítica do conhecimento**

Adelia Miglievich-Ribeiro

**Caxambu (MG)
2018**

**A região como “lugar de fala”:
intelectuais latino-americanos e geopolítica do conhecimento**

Adelia Miglievich-Ribeiro¹

Apresentação

Uma forma de sistematização das tradições críticas latino-americanas permite observá-las como um empenho bem-sucedido de *reescrita* das teorias do Norte a partir do Sul, que visibilizou aspectos do real até então não decodificados do ponto de vista do Centro. Uma “rica tradição cognoscitiva”, nos termos de Walter Mignolo (2003), marca este continente, remontando a Waman Poma de Ayala no século XVII²; José Martí, no século XIX, José Carlos Mariátegui e Víctor Raúl Haya de la Torre, nos anos 1920; cobrindo, ao longo dos 1960 e 1970, as teorias da dependentistas, somando ainda a teologia da libertação do padre Gustavo Gutiérrez e a filosofia da libertação de Enrique Dussel, ao lado das contribuições ímpares de Leopoldo Zea, Paulo Freire, Orlando Falls Borda, Roberto Retamar, Darcy Ribeiro, Pablo Casanova, dentre tantos outros. Intelectuais, todos, que se fizeram observadores e analistas dos processos sociais e históricos que constituíram e constituem este “pedaço do mundo”, em sua participação na ordem global, atentando para seus povos, opressões vividas e possibilidades de emancipação.

Não é de modo algum exagero afirmar que a região é tema privilegiado, pois, de um pensamento crítico longo e permanentemente atualizado. Assim como é pertinente dizer que uma potente rede, recrudescida no exílio, aos quais foram condenados pelas ditaduras de seus países vários intelectuais, potencializou uma

¹ Dra. em Sociologia (PPGSA-IFCS-UFRJ), PDS Faperj ProPed-Uerj, professora-pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais e dos PPGs em Ciências Sociais (PGCS) e em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Bolsista PQ-CNPq, nível 2. Pesquisadora Fapes.

² Nas lutas de contestação colonial e na independência do Haiti, mais especialmente, Felipe Guama Poma de Ayala escreveu *Nueva crónica y buen gobierno*. A obra alentada analisa o desastre da colonização espanhola sobre o império inca, ao mesmo tempo que discorre sobre um possível bom governo espanhol a partir da cosmologia o incaica. O “giro decolonial” aponta tal estudo como comparável aos textos de Hobbes, Locke e Rousseau que também se voltam às formas de governo desejáveis numa sociedade. Cf. POMA DE AYALA, 1980.

produção heterogênea dedicada aos persistentes problemas do (sub)desenvolvimento, da periferização, da democratização, das desigualdades e, mais recentemente, das identidades, interculturalidades, ambiente e territórios. Não me refiro aos “estudos de área” que batizaram uma compreensão limitada da alteridade (nós, no caso), operacionalizada pelos velhos e novos colonizadores, mas me refiro ao empenho de auto compreensão realizado ontem e hoje, articulando o pensamento crítico de décadas passadas às mais recentes abordagens da *Modernidade-Colonialidade-Decolonialidade* ou do “giro decolonial” latino-americano (DUSSEL, 2010; QUIJANO, 2013; GROSGOUEL, 2013).

Em que pesem as discontinuidades na história, há uma *tradição* comum a pensar a região que se inicia por tomá-la como “lugar de enunciação” ao valorizar uma “gnosologia poderosa emergente” (MIGNOLO, 2003, p. 35), surgida das franjas do capitalismo hegemônico, promovendo algo como uma “fratura epistemológica” na metanarrativa moderna ocidentalcêntrica, ao custo de tensões e embates nada desprezíveis que se desdobram, também, no campo acadêmico.

Proponho, neste curto espaço, explicar sucintamente acerca da contribuição que nos foi legada por nomes expressivos do pensamento crítico latino-americano, desde a década de 1960 à luz da crítica descolonizadora contemporânea. A intenção é, na contramão de sua invisibilidade, destacar a produção de conhecimento “sobre”, “na” e “a partir da” América Latina visando à participação no concerto das teorias sociais que se pretendem mundiais.

Ao olhar mais de perto o acúmulo crítico no continente, tenciono observar que qualquer conhecimento é, sempre, situado, ou, nos termos de Saussure, “o ponto de vista cria o objeto” (1975, p. 15). Amplificar, por isso, as vozes periféricas do brasileiro Ruy Mauro Marini (1932-1997) e do mexicano Pablo Casanova (1922 -), aqui eleitos, é reconhecer a vitalidade do pensamento crítico latino-americano, marcadamente plural, em seu potencial de orientar um programa de sociologia latino-americano de impacto mundial.

1. Possibilidades do pensamento crítico na região

Podemos falar dos marxismos na América Latina que, sem questionar o paradigma moderno do conhecimento localizado geopoliticamente - o paradigma moderno eurocêntrico - ainda assim fizeram ecoar vozes do continente na constatação

da crescente perversão do capitalismo implementado na periferia do mundo. Seus intelectuais sabiam que o subdesenvolvimento das nações latino-americanas é coetâneo e necessário ao desenvolvimento dos países centrais e, na adesão à luta emancipatória, almejavam a vitória do trabalho sobre o capital e a gestão de uma sociedade mais justa em terras tropicais. É o caso desde Caio Prado Jr. até Darcy Ribeiro, não menos dos denominados teóricos dependentistas de esquerda, alentados ainda pela obra de Florestan Fernandes, todos “marxistas à sua maneira”³, em oposição aos historiadores e ensaístas brasileiros-lusitanistas de épocas anteriores que se espelhavam na Europa para condenar ao atraso os povos de sua própria terra.

Sensíveis às realidades do colonialismo e dos neocolonialismos, nem por isso, tais intelectuais chegaram a duvidar da urgência do “desenvolvimento”, vinculado necessariamente à industrialização e ao avanço tecnológico, cuja condução caberia ao Estado. Alguns destes estudiosos apostavam num Estado que já teria alçado ao poder os trabalhadores, em decorrência da revolução socialista; outros pregavam um governo de cunho nacional-popular, responsável pelas reformas de base com vistas ao combate das abissais desigualdades sociais. Para o primeiro grupo, o “inimigo de classe” estava no próprio país, era a sua burguesia. Para o segundo grupo, aliar-se a setores específicos da burguesia, os mais progressistas, era uma estratégia de enfrentamento do imperialismo que fazia a nação dependente e travava seu real desenvolvimento.

Ruy Mauro Marini participava do primeiro grupo. “Marxista dependentista”, trazia o conceito de *subimperialismo* para explicitar a falaciosa dicotomia “moderno-tradicional”, *ponto cego* para o observador que fala a partir do Norte, incapaz de vislumbrar as complexas estruturas de dominação em seus rearranjos no Sul.

³ Darcy Ribeiro, ao publicar *O processo civilizatório*, ironicamente assevera: “foi Marx quem me pediu que escrevesse. Obviamente, ele esperava uma obra mais lúcida e alentada do que minhas forças permitiam. Ainda assim, fico com o direito de crer que, apesar de tudo, o herdeiro de Marx sou eu”. (Ribeiro, 2001, p. 31). Também, como se sabe, Caio Prado Jr., nas palavras de Emir Sader (2009), foi o primeiro intelectual brasileiro a enfrentar os dogmas do Partido Comunista Brasileiro, a “teoria das etapas” que advogava a *necessária* etapa da revolução burguesa no Brasil, logo, a realização de um programa nacionalista na economia, como condição *sine qua* de um futuro processo revolucionário, adiando assim a luta de classes. Os dependentistas “de esquerda” – Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo - por sua vez, romperam com a vertente da dependência de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, chamada, conforme Traspadini (2014), de “teoria da interdependência”, postulando o projeto socialista a fim de que o Brasil superasse sua condição de eterno sócio menor do capital internacional que o levava à estagnação econômica combinada a uma “superexploração do trabalho”, a qual impedia, a despeito de qualquer “verniz” moderno, o alcance do desenvolvimento na periferia do mundo. Devemos, também, registrar, dentre os marxistas latino-americanistas heterodoxos (ou autônomos, como opto por denominá-los), a potente obra de Florestan Fernandes (1974) que igualmente potencializou a crítica a partir da América Latina.

Uma outra ala do pensamento crítico latino-americano, contudo, não se contenta ao repúdio do capitalismo, mas expande a crítica à *modernidade* como forma de organização social que aqui foi imposta sobre uma pluralidade de modos de vida radicalmente diferentes daquele dos colonizadores. Falamos de uma específica tradição de pensamento que efetua um primeiro “deslocamento epistêmico” e se insurge contra as certezas modernas, optando por problematizar a ideia mesma de desenvolvimento.

Victor Raúl Haya de la Torre (1895-1979) e José Carlos Mariátegui (1894-1930), já citados, produziram, a partir do Peru, versões particulares de um marxismo de raízes andinas. Cada um, na singularidade de seu pensamento, desdobrou sua análise na constatação da impossibilidade de um capitalismo nacional *independente* nas nações latino-americanas, como mais tarde a Teoria Marxista da Dependência (TMD) confirmaria⁴. Entretanto, de acordo com Grosfoguel (2003), tais nomes, ao criticarem as “premissas eurocêntricas da produção”, subvertiam, já no início do século XX, teses consagradas do marxismo, pautadas quer na categoria “trabalhador” quer no conceito “classe revolucionária”. O marxismo andino necessitava pensar prioritariamente os povos indígenas recusando, deste ponto de vista, alijá-los do projeto de desenvolvimento nacional, ao contrário, tendo sua “superexploração” como base de maneira que se inviabilizava qualquer luta revolucionária sem o protagonismo dos sujeitos ameríndios.

Alguns “marxismos latino-americanos” compreenderam, portanto, os limites do “progresso” num território destinado a ocupar o lugar mais baixo da “cadeia alimentar”. Explicitaram, assim, o caráter espúrio da “modernização” nos trópicos, despojada da mínima chance de deslanchar o desenvolvimento (autônomo). As teses então defendidas deram visibilidade às tensões internas ao imaginário da nação nas antigas colônias, radicalmente diferenciado daquele que promoveu o Estado-nação na Europa. Aqui, imprescindível era revelar a face oculta e predatória da formação nacional: a desumanização das gentes nativas ou trazidas pelo tráfico negreiro como mão de obra escrava e a violência das instituições coniventes com a escravização, os etnocídios e a perpetuação das colonialidades.

⁴ As reflexões da TMD antagonizavam-se à teoria da dependência proposta, na mesma época, por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto que recusaram, de pronto, o conceito de *subimperialismo* formulado por Marini. Para a “teoria da interdependência”, como ficaram também conhecidas as teses de Cardoso e Faletto, a “nova situação de dependência”, vislumbrada a partir de 1950, já teria superado a “fase imperialista” mediante o “desenvolvimento associado da periferia” ou “interdependência”. Cf. TRASPADINI, 2014.

A presença do mexicano Pablo Gonzáles Casanova neste debate é peculiarmente rica, sobretudo, dado seu inovador conceito de *colonialismo interno*, que antecipa, nos termos de Walter Mignolo (2003), a mudança paradigmática que traz, enfim, para o primeiro plano a “razão subalterna”, isto é, o conjunto diverso de práticas teóricas que emerge *dos* e responde *aos* legados coloniais.

Ao discordar veementemente daqueles que legitimam uma específica modernidade – a eurosetentrional - em detrimento de outros modos de vida, o estudioso das práticas colonizadoras reproduzidas internamente pelos ambíguos colonizados do império, põe em xeque o projeto moderno *in totem*, seu racismo, hierarquizações de gênero, desigualdades entre regiões e culturas.

Seu pensamento combina, assim, com o conceito de *transmodernidade* de Enrique Dussel (2016), que é aqui também recordado. Seu pressuposto é a recusa de uma única modernidade, aquela que a reduziria a uma única experiência histórica bastante diminuta, a saber, a da Grã-Bretanha e da França, mas a atenção às múltiplas modernidades que levam em conta, dentre outros, a interseccionalidade entre colonizadores e colonizados em sua conformação diversa, contraditória e violenta.

2. Ruy Mauro Marini e o *subimperialismo*

Ruy Mauro Marini (1932-1997) é um dos autores, ao lado de Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Orlando Caputo, em convergência, dentre outros, a André Gunder Frank e Paul Baran, da chamada Teoria Marxista da Dependência (TMD), empenho teórico de explicação das economias dependentes em seu impacto na complexificação das relações entre os países do globo.

Marini estudou na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (Ebac-FGV) da cidade do Rio de Janeiro. Nela conheceu Alberto Guerreiro Ramos, descrito por ele como um “professor de Sociologia, crítico irreverente de tudo que cheirasse a oficialismo, eclético incorrigível, aberto às novas ideias que se originavam de Bandung e da Cepal; sua influência sobre mim, naqueles anos, foi absoluta” (MARINI, 2005, p. 62). O pensamento autônomo de Guerreiro, em que pesem distanciamentos posteriores, marcou igualmente sua trajetória intelectual.

Nos anos 1950, experimentava-se o auge da teoria desenvolvimentista na América Latina e no Brasil. Marini se familiarizava na Ebac/FGV com esta teoria, assistindo ainda de perto à criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb),

ligado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), no governo de Juscelino Kubitschek, cuja missão era a promoção do nacional-desenvolvimentismo, de diferentes matizes, com fortes desdobramentos, também, nas mais diversas áreas do conhecimento acadêmico.

A orientação e apoio pessoal de Guerreiro encaminharam Marini para uma bolsa de estudos na França, no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris (SciencesPo), onde estudou de maneira sistemática Hegel, Marx e autores marxistas, especialmente, Lênin. Em Paris, Marini travou contato com figuras notáveis como Georges Balandier, principal difusor das ideias desenvolvimentistas no exterior, de modo que nunca se afastou dos temas da América Latina, distanciando-se, porém, das premissas da Comissão Econômica Para a América Latina (Cepal) rumo à sua adesão ao marxismo. Era, também, a época da radicalização da guerra da Argélia que Ruy Mauro Marini conheceu devido à sua convivência com os jovens militantes imigrantes de África que também estavam na França (MIGLIEVICH-RIBEIRO & FERNANDES, 2017)

Retornando ao Brasil no clima político do início dos anos 1960 e a partir de sua atuação na Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop) que, sob a influência da Revolução Cubana, confrontava a opção do PCB por um programa nacionalista, Marini pôde desenvolver os novos elementos teóricos surgidos do seio da esquerda revolucionária brasileira, os mesmos que o guiariam, mais tarde, na construção de uma específica vertente da teoria da dependência, a marxista.

Interrompida pelo Golpe Militar de 1964, a teorização da dependência por Ruy Mauro Marini e outros, deu-se no exílio, primeiramente no México e, depois, no Chile. Não se pode pensá-la, pois, na dissociação com a prática política de Marini no Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR), em Concepción, ou se não articulada ao Centro de Estudos Sócioeconômicos (Ceso) da Faculdade de Economia da Universidade do Chile. Portanto, na experiência de um labor coletivo do qual faziam parte, também, Alminio Afonso, Marta Harnecker, Guy de Almeida, José Maria Rablo, Maria da Conceição Tavares, Alberto Martínez, Pío García, Emir Sader e Jaime Osório. Expulso do Chile com a queda de Salvador Allende, retornando a solo mexicano, Marini passou a desenvolver seu conceito de *subimperialismo*. Não é uma fortuita coincidência que, em 1969, o livro, organizado por Pablo Gonzáles Casanova, *Sociología del desarrollo económico (Una guía para su estudio)*, tenha tido Marini entre seus autores, apresentando o novo conceito.

A categoria *subimperialismo*, proposta por Marini, estendia e aprofundava as contribuições dos autores da “teoria do imperialismo”, a saber, Nicolai Bukharin, Rudolf Hilferding e Vladimir Lênin. Em que pesem as confluências entre o *subimperialismo* e o imperialismo, os pontos de vista distintos que criaram um e outro conceito promoveram resultados divergentes. A introdução da categoria *subimperialismo* “escancarava” a presença de elementos característicos dos países centrais nos países periféricos e dava visibilidade às condições históricas singulares da formação econômica e social dependente, permitindo a sistematização da complexa e contraditória dinâmica entre a formação econômica e social dependente e o capitalismo global. Para Carlos Eduardo Martins:

[...] a teoria da dependência afirmava, em confrontação ao desenvolvimentismo, a tese de que as classes dominantes desses países estavam inscritas na divisão do trabalho da economia mundial, sendo ao mesmo tempo internas e externas. Essa visão da relação entre interno e externo já se insinuava em Mariátegui e Baran e, no caso de Frank ganha alto grau de formulação. Mariátegui, por exemplo, afirmava a existência de uma burguesia interna compradora e latifundista articulada aos interesses imperialistas. Ele confrontava as teses da III Internacional ao descartar a revolução democrático-burguesa pela decorrente debilidade desses segmentos frente ao imperialismo, em razão de sua incapacidade para revolucionar as forças produtivas (MARTINS, 2011, p. 238-9).

Focalizando a economia brasileira do tempo do “milagre”, sobretudo entre 1968 e 1973, em plena ditadura militar, o autor brasileiro/latino-americano desvelava a face imperialista do capitalismo nos entrelaçamentos entre centro e periferia. Marini havia aprendido que as transformações de menos de um século representaram alterações qualitativas no modo de acumulação do capital: 1. A consolidação dos monopólios; 2. A expansão do sistema de crédito; e 3. O aparecimento das sociedades anônimas e da bolsa de valores. Uma nova fase do capitalismo – a imperialista– tinha início, caracterizando-se pela constituição de uma nova classe social: a oligarquia financeira. Ponto de interseção das classes dominantes industriais e bancárias, uma inédita burguesia garantia para si lucros incomensuráveis de capital por meio de uma nova divisão internacional do trabalho, mundialmente integrada e liderada pelos Estados Unidos. Desta vez, a acumulação de capital deixava de se dar unicamente pela troca de mercadorias, mas requeria o desenvolvimento de polos industriais incompletos nos países subdesenvolvidos para servir ao sistema como subcentros econômicos (MARINI apud. TRASPADINI & STÉDILE, 2005, p. 63).

Pelo uso do novo conceito de *subimperialismo*, Marini explicava o momento expansivo brasileiro à luz do desenvolvimento das forças produtivas internas, associadas e subordinadas ao controle do capital internacional, cuja consequência mais importante era a superexploração da força de trabalho⁵. A economia brasileira, à frente da maioria dos países latino-americanos, convertida em “subcentro de acumulação” e líder regional na América do Sul, se fazia, assim, *subimperialista*, privada da autonomia no controle de suas forças produtivas internas, dependentes, por sua vez, das oscilações do capital financeiro internacional. Tal foi o modo como se gerou o “milagre econômico” de fins dos anos 1960 e inícios de 1970, isto é, ao preço da inviabilidade do ingresso do Brasil no seleto grupo dos países capitalistas desenvolvidos. Nunca se tratou, pois, de uma fase intermediária entre o “atraso” e o desenvolvimento, ao contrário.

A posição *subimperial* do Brasil na América do Sul jamais implicou também em qualquer redistribuição do poder pelos países centrais. No sentido oposto, tal serventia aprofundou a incapacidade de se gestar processos de transformação social. Seus intelectuais críticos produzem, então, de seus “lugares de fala”, uma produção teórica consistente acerca do capitalismo mundial em sua versão imperialista e contemporânea, identificando a intervenção dos EUA na retirada da autodeterminação das nações latino-americanas.

3. Pablo González Casanova e o *colonialismo interno*

Pablo González Casanova, nascido em 1922, historiador e sociólogo mexicano, viajante incansável, assumiu posições de liderança na comunidade científica internacional, dentre outras, de presidente da Associação Latino Americana de Sociologia (Alas). O desenvolvimento de seu mais famoso conceito, *colonialismo interno*, rende, até hoje, significativas análises que se inspiram na articulação entre as

⁵ A *superexploração da força de trabalho*, segundo Marini, estrutura o capitalismo dependente em nítida consonância com a lei geral da acumulação capitalista de Karl Marx. Trata-se de como assegurar a transferência de valor, mediante lucros, juros, patentes, royalties, deterioração dos termos do intercâmbio, entre as economias periférica e central, acentuando a mais valia produzida nas margens em benefício dos países ditos desenvolvidos. Para tal, todo excedente é pouco e só há um modo de compensação, a saber, na dimensão mesma da produção, com a superexploração do trabalhador do Terceiro Mundo, e não, como se pode propalar, por qualquer incremento tecnológico advindo de investimentos internos na produtividade, uma vez que os lucros evadem as fronteiras nacionais. Cf. MARINI, 2000.

questões de classe, imperialismo e processos de resistência e libertação na América Latina.

Em uma definição concreta da categoria colonialismo interno, tão significativa para as novas lutas dos povos, se requer precisar: primeiro, que o colonialismo interno dá-se no terreno econômico, político, social e cultural; segundo, como evolui o colonialismo interno ao longo da história do Estado-nação e do capitalismo; terceiro, como se relaciona o colonialismo interno com as alternativas emergentes, sistêmicas e antisistêmicas, em particular as que concernem à “resistência” e à “construção de autonomias” dentro do Estado-nação, assim como à criação de vínculos (ou à ausência de vínculos) com os movimentos e forças nacionais e internacionais da democracia, da liberação e do socialismo (CASANOVA, 2006, p. 431).

No início do século XX, a fim de pensar as estratégias para o socialismo na Rússia czarista, Lênin abordou a questão dos nacionalismos e das autonomias étnicas buscando alcançar pela luta proletária também as minorias étnicas sob opressão. Em que pese tais esforços, fato é que a ascensão de Stálin minou qualquer chance de articulação das demandas plurais, conferindo às etnias e às culturas singulares a pecha de “particularistas”. Tornadas estas “inimigas da revolução”, o governo stalinista fez-se conhecer, também, por cruéis etnocídios. Se a atenção à questão foi “esquecida” sob a “cortina de ferro”, alguns marxistas ocidentais teimavam, de seu lado, em inserir na agenda política o tema das minorias, em geral subestimado⁶.

Nas guerras de libertação em África e em Ásia, a luta anti-imperialista deu-se contraditoriamente conivente, nas tensões internas ao Estado-Nação então emergente, à violência de algumas etnias sobre outras. É típica das ex-colônias, não menos no Brasil e na América hispânica, a capacidade de seus dirigentes reproduzirem as relações coloniais no interior do próprio Estado-nação. Em acordo com Casanova (2006), governos de direita ou de esquerda que silenciam sobre o marcador social “raça” na constatação das desigualdades sociais contentam-se com a “descolonização política” ou independência política, mas não aprofundam as formas multidimensionais da colonialidade que ainda se fazem persistentes e mantêm populações inteiras sob jugo, classificadas como “inferiores” por seus compatriotas. Fala-se aqui de *colonialismo interno*.

⁶ É o caso de Antônio Gramsci que sublinhou a complexa relação entre o Norte e o Sul da Itália, bem como os desafios de se compor um “bloco histórico” que não descartasse a diversidade para a unidade das lutas.

O *colonialismo interno* é mantido, portanto, pelos Estados-nação independentes em seu próprio território, quer se tenha um governo de caráter neoliberal ou socialista. Num ou noutro, as populações internamente (re)colonizadas são impedidas de se autogovernar e não possuem representantes nos mais altos cargos políticos e militares, racialmente branco e etnicamente descendente dos colonizadores europeus, salvo na condição de “assimilados” uma vez que, em acordo com Casanova (2006), a maioria dos colonizados pertence a uma cultura distinta da dos governantes locais e não fala sequer o idioma “nacional”.

Na América Latina, desde a virada do século XIX para o século XX, José Carlos Mariátegui, aqui já citado, propunha “indigenizar” a luta de classes e anti-imperialista, cujo protagonismo cabia, de seu ponto de vista, aos povos indígenas, aliados aos trabalhadores em sentido amplo, em prol da constituição de um Estado Pluriétnico Indoamericano. Casanova assinalou seu débito para com seu pensamento crítico que o antecedeu:

A originalidade de sua reflexão (de Mariátegui) e a dificuldade de reconhecê-la percebe-se melhor se se coloca o problema das etnias entre os problemas centrais da humanidade. A idéia resulta politicamente chocante e epistemologicamente desdenhável. Para a maior parte das forças dominantes no Peru e no mundo os problemas dos índios, das minorias, das etnias são problemas “particularistas”, não universais. A concepção sobre o tema de Mariátegui pouco tem a ver com boa parte da esquerda de ontem e de hoje para as quais os índios e as etnias submetidas “não são vistas”, não existem como atores nem na problemática da luta de classes nem na luta nacional contra o imperialismo, nem no projeto de uma revolução democrática e socialista. (...) Se generalizarmos sua reflexão, Mariátegui coloca em cada país o Estado-nação pluriétnico a impossibilidade de uma política alternativa que não tome em conta, entre os atores centrais, suas etnias, ou povos oprimidos, aliados e integrados aos trabalhadores e às demais forças democráticas e socialistas (CASANOVA, 2006, p.13)

À voz pioneira de Mariátegui que percebeu a hierarquia num mesmo Estado-Nação entre os trabalhadores das etnias dominantes, ou “assimilados”, e aqueles das etnias dominadas e discriminadas, cujo emudecimento no processo revolucionário significou seu colapso, somou-se, para Casanova (2006), a crítica de Rodolfo Stavenhagen, nos anos 1970. Trazendo, das teorias da dependência, a rejeição ao dualismo “moderno x atrasado”, Stavenhagen contestava a persistência da polarização rural x urbano que condenava ao subdesenvolvimento populações e regiões numa mesma nação. As populações mais pauperizadas do campo assim não eram por estagnação, participando ativamente do crescimento nacional, ainda que de modo

desigual e periférico. A “modernidade” que lá aportava não era, certamente, a mesma do centro, exibindo apenas seu ônus enquanto o bônus sobrava para os setores privilegiados. A existência do colonialismo dentro do sistema doméstico - condicionado aos processos geopolíticos e econômicos internacionais - elevava a proporções inimagináveis a exploração e a violência imputadas sobre tais territórios.

Casanova (2006), em sua tese acerca do *colonialismo interno*, avança no debate ao observar que, contrariamente ao argumento estrutural-funcionalista, a modernização e a integração nacional reproduzem e reconstituem, ao invés de abolir, as relações de exploração internas, sobretudo para com seus povos nativos. O sociólogo mexicano enfatiza os maus tratos às comunidades indígenas, tais como a exploração colonial, a discriminação racial e linguística, a dependência social, as altas taxas de analfabetismo e a manipulação política dessas populações. É, portanto, traço característico do *colonialismo interno* a interseccionalidade entre a desigualdade econômica e a desigualdade étnica racial, somada a uma distribuição geográfica que isola e mata os povos subalternizados.

A luta anticapitalista nas ex-colônias, pois, está, de início, condenada ao fracasso se as distintas etnias do território original são dela excluídas. São consequências deste alijamento o abandono da luta por um Estado Multiétnico, e, em substituição à possibilidade da nação ser moldada como uma “unidade nas diferenças”, o *fetichismo* (reificação) das identidades que, mantidas num artificial “congelamento”, faz perpetuar desigualdades e exclusões.

Se a ideia original do *colonialismo interno* disse respeito aos temas caros das ciências sociais latino-americanas nas décadas de 1960 e 1970, desde então, seu escopo de análise ampliou-se de maneira que o programa da *Modernidade-Colonialidade-Decolonialidade* tem a questão como central, obrigando-se a repensar os processos de construção da nação e suas narrativas sob a perspectiva decolonial. Trata-se, nesse sentido, de atualizar os efeitos do colonialismo para além do período colonial e enxergá-lo conivente ao imperialismo e ao novo capitalismo financeiro. A par disso, o aparato conceitual que permite a visibilidade do *colonialismo interno* é especialmente útil para melhor se enxergar formas de opressão em geral secundarizadas, porém, gritantes para suas vítimas, assim como os relevantes movimentos de resistência e luta por autonomia de diferentes grupos étnicos. Sem propor seu desligamento das classes sociais, o *colonialismo interno* promove uma compreensão mais rica dos oprimidos, de seus espaços de luta e dos desafios a eles interpostos.

A noção de *colonialismo interno* guarda, como se pôde notar, grandes afinidades com a ideia de *colonialidade* do peruano Aníbal Quijano que fala das três colonialidades – do ser, do saber e do poder – entrelaçadas ao racismo e ao gênero. A emergência do “sistema mundial colonial moderno” (QUIJANO, 2013; WALLERSTEIN, 1999), possibilitou, nessa perspectiva, o nascimento de hierarquias globais que extrapolaram a dominação militar e econômica para incluir marcadores outros: epistêmicos, linguísticos, sexuais, de gênero, raciais, étnicos, religiosos e demais *distinções* cabíveis na imaginação humana. Para Quijano, portanto, a *colonialidade* é uma categoria tão importante quanto o colonialismo sem eu poder de controle do Outro-colonizado, cabendo nela todas as sujeições articuladas que inventa o *ser-colonizado* na *Modernidade/Colonialidade* (MALDONADO-TORRES, 2013, p. 32). A *decolonialidade*, por isso, não teria se dado num único movimento político – as guerras independentistas – mas se processa nas subversões e resistências cotidianas.

4. Subimpérios e colonialismos domésticos: a questão da *transmodernidade*

Enrique Dussel, um dos maiores expoentes da Filosofia da Libertação e importante referência do pensamento crítico latino-americano, nasceu em 1934 na Argentina. Seu debate com Karl-Otto Apel e Jürgen Habermas tornou-se conhecido como exemplo de um trabalho intelectual que não se subordina à geopolítica do conhecimento, mas se propõe somar para a inteligibilidade do mundo. Neste, Dussel problematiza, do ponto de vista da “comunidade ideal de fala” a interpelação por justiça do pobre excluído e evidencia sua não decodificação pelo Outro-colonizador. Na medida em que o interpelante carece do reconhecimento como “um de nós”: ele é o “bárbaro” e o “primitivo” cuja sua dignidade de pessoa foi usurpada. Assim, Dussel participa do debate filosófico europeu para expor o quanto ainda se mantém oculta a outra face da modernidade: a colonialidade (MIGLIEVICH-RIBEIRO & ROMERA JR, 2018)

Seu argumento vem reiterar, portanto, a percepção de que não há uma única modernidade, mas diversas, tensas, contraditórias, superpostas, mutuamente excludentes, rasuradas, fissuradas, interseccionadas. A isto o filósofo argentino chama de *transmodernidade*:

O conceito estrito de “transmoderno” indica essa novidade radical que significa o surgimento – como se a partir do nada – da exterioridade, da alteridade, do sempre distinto, de culturas universais em desenvolvimento, que assumem os desafios da Modernidade e, até mesmo, da pós-modernidade euro-americana, mas que respondem a partir de outro lugar, *other location* (Dussel, 2002), do ponto de sua própria experiência cultural, diferente da euro-americana, portanto capaz de responder com soluções completamente impossíveis para a cultura moderna única. Uma futura cultura transmoderna, que assume os momentos positivos da Modernidade (mas avaliados com critérios diferentes a partir de outras culturas antigas), terá uma pluriversalidade rica e será fruto de um autêntico diálogo intercultural, que deverá ter claramente em conta as assimetrias existentes. (DUSSEL, 2016, p.63)

Eis que uma análise que pretenda rigorosa da história mundial revela que, até o século XVIII e início do século XIX, a Europa não seria sequer imaginada como centro, “lugar” que lhe conferido, do ponto de vista da história da humanidade, muito recentemente. Criou-se desde aí uma ilusão: “[...], aos olhos obnubilados do eurocentrismo toda a história mundial anterior lhe aparece como tendo a Europa como centro, sendo o que distorce o fenômeno da origem da modernidade” (DUSSEL, 2010, p. 344 apud MIGLIEVICH-RIBEIRO & ROMERA JR., 2018, p.130). O conceito *transmodernidade* é, num só tempo, constatação e utopia, a saber, a possibilidade de se apontar para uma globalização *pluriversal*, pautada, como se pôde ler antes, numa prática dialógica intercultural e, por isso, libertadora.

Não se alcançaria uma compreensão do mundo mais plena se não na orquestração dos diferentes pontos de vista ou “lugares de fala”, daí a inspiração dusseliana para o atual “giro decolonial” que desloca as percepções e, não menos, as conclusões. Assim acontece com a formulação da Teoria da Dependência Marxista ao observar o desenvolvimento na periferia do capitalismo mundial como fadado ao subdesenvolvimento, ou ao explicitar a farsa do *subimperialismo* que chama de “países em desenvolvimento” aqueles que sobre outros, mais pobres, exercem o mesmo tipo de colonização sofrida dos países mais ricos, sem que se enriqueça também ou possa “negociar” posições de poder na geopolítica internacional. Combina ainda com a ideia de modernidades entrecruzadas e transversais a elaboração por Casanova do *colonialismo interno* que, não casualmente, atinge hoje não somente as ex-colônias como também as ex-metrópoles, a exemplo dos fenômenos da diáspora e dos refugiados, quer pela fome quer pela violência e guerras provocadas por interesses

político-econômicos das nações centrais. Isto significa que, na *transmodernidade*, a periferia também “atravessa” o centro, além de ser por ela “atravessada”.

Considerações Finais

A perspectiva de um conhecimento *emergente* e válido a partir da América Latina, que passasse a legitimar sujeitos e lugares historicamente invisibilizados, tende a ganhar ênfase nos últimos anos, ainda que o cenário político institucional seja muito pouco acolhedor a esta tendência. Talvez, isso continue se dando nas “fissuras” do projeto moderno eurosetentrional, ainda assim provocando desgastes irreversíveis. As rupturas epistemológicas convivem, é verdade, com as continuidades que nos ameaçam hoje com severos retrocessos, contudo, da crítica “anti-colonial” ao hoje chamado “giro decolonial”, há conquistas inegáveis.

Foi possível discorrer aqui sobre as especificidades dos marxismos latino-americanos, bem como sobre apostas emancipatórias distintas, desde aquelas que se moldam pelo modelo revolucionário socialista até aquelas que não se desvencilham de um projeto nacional popular, ambas se pretendendo originais no exame de sua realidade concreta. Há ainda as apostas que se distanciam, umas mais, outras menos, do marxismo condenando neste a *cegueira* diante do colonialismo e das colonialidade. Nestes casos, mais enfaticamente, o projeto moderno monolítico e hegemônico é condenado por completo ou quase isso em razão dos efeitos de um desenvolvimento que empobreceu e fez desaparecer formas de vida alternativas e opositoras.

O crítico literário argentino, Piglia (2001 apud. MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2016), cunhou o termo “mirada estrábica” para se referir ao intelectual periférico que conhece a margem, o centro e seus trânsitos, bem mais do que o intelectual metropolitano que, salvo raras exceções, é capaz de estranhar a si próprio. De fato, este deslocamento epistêmico não é *naturalmente* uma característica do primeiro e uma impossibilidade do segundo. Ainda assim, as circunstâncias do intelectual periférico facilita, em sendo sua opção, o manejo da crítica.

As teorias construídas a partir do chamado “Terceiro Mundo” não são apenas *para* o Terceiro Mundo, como se se tratasse, nos termos de Mignolo, de uma “contra-cultura ‘bárbara’ perante a qual a teorização do Primeiro Mundo tem de reagir e acomodar-se” (2003, p. 417). São teorizações tão legítimas quanto e não podem ser descartadas exceto sob o risco de se fazer uma má ciência, enquanto se entender que a

boa ciência exige potência explicativa que se verifica, também, em seu poder de generalização. Isto reforça o imperativo de se “remapear a nova ordem mundial (que implica remapear as culturas do conhecimento acadêmico e os *loci* acadêmicos de enunciação em função dos quais se mapeou o mundo” (MIGNOLO, 2003, p. 418. Os parênteses são meus).

A descolonização epistemológica, nesse sentido, é um trabalho cumulativo e uma tarefa cotidiana não exclusivamente dos sociólogos do Sul, mas especialmente deles e delas. Ora, são os insatisfeitos que fazem avançar o conhecimento. Nosso convite ao leitor deste *paper* é para que torne úteis analiticamente em suas pesquisas algumas categorias trazidas da produção intelectual latino-americana, redesenhá-las e aprimorá-las. Caso o exercício seja bem sucedido que se invista mais na projeção daqueles e daquelas cientistas sociais que, em diferentes tempos, tomaram sua região para análise e nos legaram um acúmulo de pensamento nem sempre reconhecido pelas gerações sucedâneas. O fenômeno não é, contudo, inocente. Para um saber ser reconhecido necessita antes ser *conhecido*, algo que não se dá sem os centros e institutos de ensino e pesquisas nem sem meios de divulgação científicas eficazes. Ao fim, fazer *boa* ou *má* ciência é, também, um ato político.

Referências

CASANOVA, Pablo Gonzáles. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2006.

DUSSEL, Enrique. Meditações anticartesianas sobre a origem do antidiscurso filosófico da modernidade. In.: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 341-395.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 31, Número 1 Janeiro/Abril 2016, p. 51-73.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

GROSGOUEL, Ramón. Desenvolvimentismo, modernidade e teoria da dependência na América Latina. **Realis**. Vol.3, nº 02, jul-dez 2013. p. 26-55.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, Império e Colonialidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa,

- MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013, p. 337-382.
- MARINI, Ruy Mauro. **A dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. Memória. In: TRASPADINI, R. & STEDILE, J. P. (Org.). **Ruy Mauro Marini**. Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia Maria. Darcy Ribeiro no exílio latino-americano: deslocamentos de retina e escritas em trânsito. XV Encontro Nacional ABRALIC – Experiências literárias, textualidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Dialogarts Publicações, 2016, p 1-17, *paper*.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia Maria. & ROMERA Jr, Orientações para uma descolonização do conhecimento: um diálogo entre Darcy Ribeiro e Enrique Dussel. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 20, n. 47, jan/abr 2018, p. 108-137
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia Maria & FERNANDES, Vinícius Tomaz. A trajetória intelectual de Ruy Mauro Marini: notas sobre “estruturas de sentimentos” e o pensamento crítico latino-americano. **Realis**, v.7, n. 01, Jan-Jun. 2017, p. 100-124.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/ projetos globais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: EDUFMG, 2003.
- POMA DE AYALA, Felipe Guaman. **Nueva cronica y buen gobierno**. México: Fondo de Cultura Económica, 3 v., 1980 [1587-1615].
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES, Maria Paula (Org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013, p. 73-118.
- RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**. Etapas da evolução sociocultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SADER, Emir. Introdução. O marxismo ocidental no Brasil. In: ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**: nas trilhas do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 7-13.
- SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. Cultrix: São Paulo, 1975.
- STAVENHAGEN, Rodolfo. Clases, colonialismo y aculturación en América Latina. **América Latina. Revista do Centro Latinoamericano de Ciencias Sociales**, México, v. 6, n. 4, 1963.
- TRASPADINI, Roberta. **A Teoria da (Inter) Dependência de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos Sistemas Mundiais. In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Unesp, 1999, p. 447-470.